

Formação de Professores como agentes na Prevenção do Abuso Sexual Infantil

Training of Teachers as Agents in the Prevention of Child Sexual Abuse

Shayane França Lopes
Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ)
Nathalie Paes Lima
Daniele Lima Silva
Secretaria de Estado da Educação de Sergipe (SEDUC-SE)
Aracaju-Brasil

Resumo

O enfoque do presente artigo é fomentar a reflexão sobre o problema real do abuso sexual infantil em nossa sociedade e o papel potente do professor para a prevenção e proteção das crianças. Para isso, esses profissionais precisam ser capacitados desde a graduação para que tenham acesso ao conhecimento específico, bem como na formação continuada, para que permaneçam aprendendo e utilizando ferramentas e estratégias eficientes, como é o caso da literatura infantil. Nossos docentes foram educados mediante os padrões tradicionais e repressores da sociedade, nos quais a educação sexual é um tabu. Assim, não aprenderam a identificar os tipos de abuso sexual, nem como prevenir, por isso é essencial uma formação adequada para que possam trazer o tema para as escolas em todo o país de maneira didática e segura.

Palavras-chave: Abuso Sexual Infantil; Formação; Prevenção; Professor.

Abstract

The focus of this article is to bring up a reflection about the real problem of child sexual abuse in our society and the powerful role of the teacher in the prevention and protection of children. For this to happen, these professionals need to be trained since graduation so that they have access to specific knowledge, as well as in continuing education, so that they keep learning and using efficient tools and strategies, as is the case of children's literature. Our teachers were educated through the traditional and repressive patterns of society, in which sex education is a taboo. Therefore, they have not learned how to identify the types of sexual abuse, nor how to prevent it, so an adequate training is essential so that they can bring the topic to schools all over the country in a didactic and safe way.

Keywords: Child Sexual Abuse; Training; Prevention; Teacher

1. Introdução

É possível observar que, nos últimos anos, as notícias veiculadas acerca dos casos de abuso sexual infantil tornaram-se mais frequentes, não exclusivamente pelo aumento dos seus casos, mas pela divulgação e denúncia de violências que antes não eram notificadas pelas famílias.

A maior parte dos abusos acontece com crianças e adolescentes que estão em idade escolar e, por isso, a formação docente para a prevenção ao abuso é de extrema importância. Quando lemos ou ouvimos uma notícia de que um agressor foi denunciado e preso, é muito comum também perceber que a vítima, seja criança ou adolescente, resolveu denunciar após ouvir uma palestra ou assistir a uma peça teatral na escola. Isso acontece porque o assunto sexualidade ainda é um tabu entre as famílias e por isso as crianças ficam vulneráveis ao abuso, sem condições para identificar quando estão sendo vítimas de uma violência. Para grande parte delas, as ações educativas na escola são a única forma de informação, prevenção e proteção.

Levando em consideração que a educação dos seres humanos, pouco a pouco, tornou-se mais complexa, o mesmo deverá acontecer à profissão docente, atuando de forma integral para educar seres humanos emocionalmente saudáveis e considerando além dos aspectos cognitivos.

Os professores têm um enorme potencial para a proteção e para isso é necessária “uma nova forma de ver a instituição educativa, as novas funções do professor, uma nova cultura profissional e uma mudança no posicionamento de todos que trabalham na educação e, é claro, uma maior participação social do docente.” (IMBERNÓN, 2019, p. 10)

A violência contra a criança pode surgir de diferentes formas, como: negligência e abandono, pornografia infantil, tortura, trabalho infantil, violência física, psicológica e sexual. No cenário brasileiro, encontramos todas essas formas e, em grande parte dos casos, praticada por pais ou parentes muito próximos. Com uma cultura baseada na violência, em que o corpo da criança é espaço público de punições, o poder protetivo e de educação preventiva da escola torna-se indispensável na construção de uma sociedade mais humana e menos violenta.

No Brasil, o abuso sexual infantil é um sério problema social a ser enfrentado pelos governos, entidades sociais e sociedade como um todo. Esse fenômeno deixa marcas a longo prazo, com consequências mentais, emocionais e físicas que se arrastam para a vida adulta, provocando um impacto profundo no desenvolvimento das crianças e dos adolescentes. Mais do que qualquer outro tipo de violência, a cometida contra a criança não se justifica, pois, as condições peculiares de desenvolvimento desses cidadãos os colocam em extrema dependência de pais, familiares, poder público e sociedade.

Muitos desses casos de violências, seja nas relações cotidianas entre pais e filhos ou especificamente a violência sexual contra a criança, poderiam ser reduzidos se não fosse pela escassez de profissionais capacitados para ensinar formas de comunicação positiva, bem como os diversos aspectos da sexualidade infantil e estratégias de prevenção ao abuso sexual infantil. O que percebemos nos lares brasileiros é uma deseducação sexual ou educação sexual inadequada, feita mediante antigos padrões sociais, que mais prejudicam do que educam. Por tudo isso, a proteção contra esse tipo de violência passa pela urgente necessidade de formação de profissionais qualificados para abordar o tema nas salas de aulas brasileiras, levando em consideração o desenvolvimento infantil em seus aspectos físicos e emocionais.

Nesse sentido, Imbernón nos adverte que:

A profissão docente comporta um conhecimento pedagógico específico, um compromisso ético e moral e a necessidade de dividir a responsabilidade com outros agentes sociais, já que exerce influência sobre outros seres humanos e, portanto, não pode nem deve ser uma profissão meramente técnica de “especialistas infalíveis” que transmitem unicamente conhecimentos acadêmicos. (IMBERNÓN, 2019, p. 30).

Educação e violência são palavras que, infelizmente, andam juntas em nossa educação tradicional. Pais e professores usam de repressão, castigos, gritos, agressões e ameaças com objetivo de disciplinar crianças, provando total desconhecimento do desenvolvimento infantil e da neurociência, cujos estudos já provaram que crianças se desenvolvem de maneira saudável quando convivem em ambientes ricos em amparo e afetividade.

Nesse sentido, Tardif (2019, p. 130) nos alerta que:

Uma boa parte do trabalho docente é de cunho afetivo, emocional. Baseia-se em emoções, em afetos, na capacidade não somente de pensar nos alunos, mas igualmente de perceber e de sentir suas emoções, seus temores, suas alegrias, seus próprios bloqueios afetivos.

Sexualidade, diferente do que nos foi ensinado, não é sexo. Sexualidade é desejo de viver, de realizar, é a forma como cada pessoa se percebe e se relaciona com outras pessoas. Para as crianças, significa ensinar sobre corpo, sentimentos, relacionamentos, emoções, desejos, afetos e sonhos.

Nelsen, Lott e Glenn (2017, p. 74) nos assegura que:

[...] o professor que está disposto a ensinar a seus alunos habilidades para se relacionarem frequentemente descobre que seu trabalho fica mais fácil e mais prazeroso. Ajudar os alunos a vivenciarem afeto, aceitação e importância é a coisa mais poderosa que o professor pode fazer – motivando-os a atingirem seu mais alto potencial, acadêmico ou não.

Nossos docentes foram educados pelos padrões tradicionais e repressores e por isso não estão preparados para levar proteção e informação aos alunos, muitas vezes sentem-se desconfortáveis até mesmo para responderem perguntas suscitadas por eles. Dessa maneira, promover a formação de professores, com foco na prevenção ao abuso infantil e formação saudável da sexualidade, é uma lacuna que precisa ser preenchida na formação continuada.

Nesse sentido, Sanderson (2008, p. 26) corrobora que:

A sexualidade das crianças ainda é um assunto muito difícil para pais e adultos, os quais não se sentem à vontade para falar sobre ele. Essa discussão pode refletir os medos, ansiedades, inibições dos pais quanto à sexualidade. O sexo e a sexualidade podem ser associados a crenças negativas, como serem sujos, proibidos, degradantes ou representativos de dominação e submissão. Acompanhando essas crenças há, por vezes, uma sensação de constrangimento em relação ao corpo e a nudez, o que pode ser sutilmente transmitido à criança, deixando-a constrangida e pouco à vontade.

Assim, percebemos com clareza a importância da formação de professores para a prevenção do abuso sexual infantil, uma vez que os mesmos têm atividades diárias e, por um período considerável de tempo, estão com as crianças, favorecendo o estabelecimento de uma relação duradoura e de confiança, a qual pode corroborar com a revelação e prevenção do abuso sexual.

2. Percurso teórico-metodológico

O estudo propôs uma ampla pesquisa bibliográfica com base em uma literatura pertinente que contemplasse a abrangência da análise. Foram consultados acervos bibliográficos de reconhecimento nacional e internacional, utilizando livros, revistas

científicas, artigos e sites oficiais como instrumentos da coleta de dados, os quais auxiliaram em todas as etapas da pesquisa.

Nosso intuito é expor os estudos sobre a temática abordada, visando obter subsídios para a interpretação dos dados no âmbito global e local. A investigação foi auxiliada pelo diálogo de renomados autores e seus achados teóricos, tais como Imbernón, 2016, 2019; Gagliotto; Vagliati, 2014; Nelsen; Lott; Glenn, 2017 na Formação Docente e Santos, 2011; Sanderson, 2008; Abdo, 2002; Ribeiro, 2020, 2021 na Educação em Sexualidade

3. A realidade brasileira

Crianças que não recebem Educação Sexual, segundo a coordenadora do Programa de Estudos em Sexualidade da Universidade de São Paulo, Carmita Abdo, estão vulneráveis a abusadores. Além disso, a educação sexual tem a capacidade de impedir a formação de novos agressores.

A sexualidade é transmitida de várias formas diferentes. No nosso cotidiano, nós exprimimos nossa sexualidade para nossos filhos, amigos e pessoas com as quais nos relacionamos. O modo como falamos, vestimo-nos ou comemos são formas de expressão da nossa sexualidade. A todo momento, estamos educando sexualmente as crianças, quer queiramos ou não. O nosso comportamento em geral passa uma visão positiva ou negativa, porque pais e professores ensinam através de suas atitudes, muito mais do que através de suas palavras.

A escola, no que diz respeito à prevenção ao abuso sexual infantil, tem potencial para transformar a história de vida de muitos pequenos cidadãos, na medida em os professores, enquanto agentes sociais, podem romper os tabus e fazer o seu trabalho pautado na ciência, com intencionalidade e eficiência.

Nessa perspectiva, a formação de professores qualificados para atuar desta maneira é essencial para as transformações pretendidas, bem como a mudança na mentalidade sobre os objetivos destas formações e abertura das instituições para o novo e necessário conhecimento. Imbernón (2016, p. 114) nos alerta que:

[...] não podemos nos esquecer das mudanças sofridas pelos alunos, diferentes formas de ser, de ver a realidade e de aprender. As mudanças intergeracionais se encurtam entre as idades. Os alunos sempre foram diferentes, mas a mudança geracional era mais lenta; agora se precipita, e em muito pouco tempo ocorreram mudanças radicais entre alunos e alunas de idades muito próximas. É possível que as atuais instituições educacionais, herdeiras de um passado que sempre **resiste** à mudança em alguns aspectos, não sejam totalmente adequadas para ensinar e

Formação de Professores como agentes na Prevenção do Abuso Sexual Infantil

aprender nessa heterogeneidade de alunos no âmbito de uma mudança geracional constante.

No que se refere à violência sexual infantil, os dados são assustadores, como mostram os números retirados do relatório do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos de maio de 2020. A violência sexual figura 11% das denúncias no disque 100, o que corresponde a 17 mil ocorrências. O levantamento da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos permitiu identificar que a violência sexual acontece em 73% dos casos na casa da própria vítima ou do suspeito e é cometida por pai ou padrasto em 40% dos casos. Dentre eles, bebês recém-nascidos também têm sido vítimas de abuso sexual.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022 aponta que, referente à relação vítima e autor, apenas 17,5% são desconhecidos da família, enquanto 82,5% são conhecidos (BRASIL, 2022). O documento afirma ainda que essa violência é preponderantemente intrafamiliar e ocorre dentro de casa e que o enfrentamento não se dá apenas no âmbito da segurança pública. Esses dados são um exemplo típico disso.

Acerca desses dados, Sanderson (2008, p. 79) explica que:

O abuso sexual dentro da família pode incluir o pai biológico ou os padrastos quanto quaisquer outras figuras masculinas em quem a criança deposita confiança e para as quais têm algum poder e autoridade sobre ela. Podem estar incluídos os namorados da mãe, tios, avós, amigos do sexo masculino próximos da família, assim como irmãos mais velhos. Pessoas do sexo feminino também abusam de crianças dentro da família.

A escola pode ajudar no processo de identificação e denúncia, mas, sobretudo, no processo de prevenção. Muitas vezes o abusador se aproveita da ignorância da criança e, se ela tiver consciência, dependendo da situação, pode mesmo evitar que o abuso ocorra. Na contramão dos dados referentes ao ambiente familiar, vale lembrar que apenas 1% dos casos registrados de violência sexual ocorreu em estabelecimento de ensino. Sendo assim, a escola é elemento estratégico e fundamental para o enfrentamento da violência sexual cometida contra crianças e adolescentes. Segundo o documento:

Enfim, fala-se muito de falta de dados, de subnotificação, o que é mesmo uma realidade, mas o fato é que este dado – mais de 4 meninas de menos de 13 anos estupradas por hora no Brasil – existe. Por que não estamos falando disso cotidianamente? Trata-se de uma violência estrutural, que precisa entrar na pauta da sociedade. Nós, adultos, precisamos romper o silêncio, pois só as nossas vozes serão capazes de provocar consciência e impulsionar a discussão para construção de políticas públicas capazes de mudar esta realidade (BRASIL, 2022, p. 5).

Nesse sentido, para que os professores assumam seu papel ativo na prevenção ao abuso sexual, é necessário que recebam uma formação adequada. Sabe-se que, nos cursos

de formação de professores, de modo geral, a violência e, especificamente, a violência sexual, não é abordada, embora esteja associada a um dos temas transversais previstos nos PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais.

Por meio de formações adequadas sobre a violência sexual e conhecimento do desenvolvimento infantil, os professores poderão orientar e ensinar as crianças e adolescentes a se protegerem de possíveis abusos. Para chegar a esse objetivo, é preciso que os professores tenham acesso à capacitação continuada sobre o fenômeno da violência sexual, ensinando estratégias e ferramentas voltadas para prevenção do abuso sexual, orientando o olhar dos mesmos para a identificação de possíveis sinais de abuso sexual, preparando-os para acolher adequadamente as vítimas e encaminhar corretamente a denúncia às autoridades competentes.

4. O que diz a legislação

A Constituição Federal de 1988 direcionou um capítulo especialmente para a família, as crianças, os adolescentes e os idosos. No artigo 227, a Lei Maior estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar, com prioridade absoluta, os direitos das crianças e dos adolescentes, a exemplo do direito à vida, à saúde, à alimentação e à educação (BRASIL, 2016). De acordo com a Constituição, os menores também têm direito ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. A família, a sociedade e o Estado devem, ainda, protegê-los de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), em seu Art. 5º, assevera que “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (BRASIL, 1991, on-line). Além disso, a lei estabelece pena também para todos os tipos abuso sexual cometidos de forma virtual e sem toque físico.

O Brasil já possui outras legislações específicas sobre a proteção à infância - o Marco Legal da Primeira Infância (Lei n. 13.257, de 2016) e a Lei Menino Bernardo (Lei n. 13.010, de 2014) - que destacam que se deve realizar, no âmbito das políticas públicas, programas de orientação para as famílias, a fim de melhorar as relações afetivas familiares e orientar sobre práticas educativas positivas (BRASIL, 2014; 2016).

Em 2022, foi sancionada a lei Henry Borel (lei n. 14.344/2022) que cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, inclusive criminalizando a omissão da denúncia, ou seja, também se configura crime ter conhecimento da violência vivida pela criança ou pelo adolescente e não comunicar às autoridades competentes (BRASIL, 2022).

Há também dois Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) que tratam, mais especificamente, sobre o enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes: ODS 5.2- eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos; e ODS 16.2 - acabar com abuso, exploração, tráfico e todas as formas de violência e tortura contra crianças (ONU-BRASIL, 2022).

Corroborando para a efetivação de uma escola pública voltada ao desenvolvimento integral do ser humano, em 2019 foi sancionada Lei 13.935/2019 que determina a inclusão obrigatória de profissionais de Psicologia e Serviço Social em redes públicas de educação básica. A psicologia e o serviço social são profissões que apresentam significativa contribuição para a área educacional e podem contribuir fortemente para a prevenção de todos os tipos de violências nas escolas, seja desenvolvendo projetos específicos para a comunidade escolar ou atuando na formação de professores com tal objetivo.

Apesar dos dados alarmantes e da robusta legislação brasileira citada, as políticas públicas nacionais de educação, com o objetivo de prevenir o abuso sexual infantil, não mostram força e prioridade da causa no cenário nacional. Na contramão da necessidade social, o Ministério da Educação (MEC), em função da pressão partidária e social de uma parcela da população de direita conservadora, suprimiu da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a Educação Sexual no âmbito escolar como forma de manter ou instituir a “organização social” que, como podemos ver, faz com que sejam perpetuadas as relações históricas de violência sexual e doméstica (BRASIL, 2017). Acerca da elaboração da Base Nacional Comum Curricular, Silva (2020, p. 104) nos adverte que:

Entretanto, numa tentativa de erros e acertos, talvez mais erros que acertos, a sexualidade só é evidenciada na terceira versão. Porém, tão logo que a mesma foi apresentada, a bancada religiosa do Congresso Nacional já se deu ao trabalho e não mediu esforços para sua retirada. No entanto, não fora só com a palavra sexualidade, mas todas as palavras que compõem discussões necessárias da área, tais como gênero, orientação sexual e identidade de gênero.

Com isso, evidenciamos o retrocesso no que se refere à temática da sexualidade dentro das escolas. Embora seja possível abordar tais questões sob o que é definido pelas competências gerais descritas no documento, o que percebemos é a necessidade de evidenciar a relevância desses temas na formação docente, bem como no fazer diário do professor, valorizando a possibilidade de abrangência da sua atuação para a prevenção desse tipo de violência.

5. O Abuso Sexual Infantil

O abuso sexual infantil é um tema pouco tratado nas escolas, bem como nos lares brasileiros. Infelizmente existe a falsa ideia de que ele é raro e, por conta disso, acaba sempre deixando marcas. Os meios de comunicação, geralmente, noticiam apenas casos de extrema violência, quando o abuso acontece juntamente com sequestro e morte da criança, por exemplo. Sanderson (2008, p. 13) nos explica que:

O abuso sexual em crianças existe há séculos. É difícil conseguir dados históricos por causa da natureza obscura do ASC e do segredo que o rodeia. Uma percepção mais aumentada do ASC – juntamente com serviços melhorados de proteção à criança e ao adolescente – permite que mais crianças e adultos sobreviventes revelem suas experiências de abuso sexual. Além disso, à medida que a sociedade lida com a natureza inaceitável do ASC e disponibiliza os recursos para combatê-lo, as taxas de detecção e as denúncias aumentam.

Esse tipo de violência pode acontecer de diferentes formas e, por isso, os professores, em contato diário e direto com os alunos, têm papel primordial na prevenção e proteção das crianças. O abuso acontece com contato físico: acariciar, beijar, tocar os genitais, pedir ou forçar a criança a tocar no genitais do abusador, colocar a criança no colo com intenções sexuais. E sem contato físico: mostrar os genitais à criança, induzir a criança a mostrar o próprio corpo, falar palavras obscenas, aliciar por meios digitais, fotografar a criança em posições sexuais, espionar a criança no banho ou em outras atividades.

É possível perceber que o abuso sexual infantil pode acontecer das mais diversas formas e por isso a maioria das crianças não consegue nem identificar que está sendo vítima de um tipo de violência. Essa consciência só será estabelecida, na fase adulta, quando as marcas já estarão enraizadas em seu subconsciente.

Sobre esse tipo de abuso, Sanderson (2008, p. 28) explica que:

O ASC pode ser violento, mas a maneira pela qual ele é infligido não necessariamente envolve algum tipo de violência física. A maior parte dos ASC envolve engodo, manipulação e “lavagem cerebral” sutil da criança. De início muitos pedófilos demonstram pela criança atenção e “amor” extra especiais e, então, a chantageiam para garantir que ela se submeta ao abuso sexual e

permaneça quieta, o que é feito pela remoção do amor e da atenção ou pela recompensa da criança com agrados ou presentes.

Quanto mais inteirados sobre o assunto e à vontade estiverem professores e pais, mais fácil será para eles entenderem e conversarem abertamente sobre este tema tão importante. A ação conjunta entre a escola e a família, através de conhecimento e relacionamento, é capaz de proteger e educar nossas crianças.

6. As contribuições da formação docente e o papel dos professores

As escolas brasileiras, em geral, não possuem uma educação sexual em seus currículos e, quando abordam o tema, geralmente o fazem a partir da perspectiva biológica, ensinando sobre os órgãos sexuais, os processos de concepção e, às vezes, sobre infecções sexualmente transmissíveis (ISTs). Além da saúde sexual e reprodutiva, entretanto, a dimensão da sexualidade está presente em relações afetivas, vivências sexuais, aspectos subjetivos e individuais, e dentro de um contexto histórico, social, cultural e político.

Para muitas famílias e para algumas escolas, há um temor de que a educação sexual possa aguçar a curiosidade infantil, a ponto de incentivar a iniciação sexual precoce das crianças. Estudos desenvolvidos pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 2016, p. 34), contudo, apontam que, quanto menos informação, mais precocemente se iniciará a vida sexual, não raras vezes pautada por situações de violência.

Sendo assim, o papel da escola e do professor precisa iniciar desde a Educação Infantil, visto que, ao chegar ao Ensino Médio para estudar o aparelho reprodutor, o estrago na vida desse indivíduo já poderá estar consumado.

Ribeiro (2021, p. 76) adverte que:

Nesse sentido, é preocupante que cursos de formação docente continuem minimizando a importância do tema, quando não o ignoram, por exemplo, restringindo a discussão sobre sexualidade a aspectos biológicos ou negando a diversidade humana em sua complexidade.

Os professores devem participar de formação adequada desde a sua graduação e também de formação continuada, para levar conteúdos apropriados ao desenvolvimento infantil, os quais ofereçam informações verdadeiras e estratégias preventivas e protetivas. Para tal objetivo, é indicado consultar documentos oficiais como os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2017) e obras de reconhecimento nacional tais como Ribeiro (2020) e Ribeiro (2021), entre os quais destacamos alguns objetivos principais:

- Com menos de 4 anos, é sugerido informar sobre: meninos e meninas serem diferentes; nomear as partes do corpo; entender que bebês vêm das mães; ensinar sobre limites pessoais; e dar respostas simples a todas as perguntas sobre as funções físicas. No quesito segurança, é importante diferenciar toques adequados de não adequados; que todos têm o direito de dizer “não” ao ser tocado, mesmo por adultos; há diferença entre surpresa e segredo; e definir para quem se pode contar se alguém lhe fizer algo.
- Entre 4 e 6 anos, pode-se falar sobre as mudanças corporais com o passar dos anos; explicar sobre os bebês dentro do útero; colocar regras sobre os limites pessoais; explicar sobre sensações agradáveis nas partes íntimas e que isso deve ser feito em privacidade. Informar sobre abuso sexual ser quando alguém toca ou pede para ser tocado nas partes íntimas, mesmo que seja alguém conhecido.
- Entre os 7 e 12 anos, a conversa é sobre o que esperar e como lidar com as mudanças da puberdade; informações básicas sobre reprodução, gravidez, parto e métodos contraceptivos; os riscos associados à atividade sexual. Já é possível evidenciar que abuso sexual pode ou não incluir contato físico; ensinar como manter a segurança pessoal e os limites no mundo virtual; explicar como reconhecer e evitar riscos em situações sociais.

Todo esse diálogo, utilizando linguagem adequada e ludicidade, é importante para a prevenção de abusos. Muitas vezes, a criança vê na escola um espaço seguro para revelar que está sofrendo violência física, psíquica ou sexual. Nem sempre elas encontram um adulto de confiança no ambiente familiar porque, geralmente, é lá que está o abusador. Além disso, a primeira tendência no âmbito familiar é a da negação, enquanto nas escolas, os educadores, por não possuírem vínculos afetivos com os agressores, poderão estar mais preparados para ouvir e então encaminhar às autoridades competentes.

Os professores também podem exercer papel fundamental na prevenção do abuso sexual infantil, pois quando a criança está bem informada, atenta aos primeiros sinais, poderá pedir ajudar assim que sentir qualquer desconforto causado por atitudes de adultos que lhe infrinjam constrangimento ou mal estar.

Para Vagliati e Gagliotto (2014, p. 174), a sensibilização e o conhecimento científico contribuirão para educar o olhar dos professores para identificar sinais de abuso que não

deixam marcas, além de aperfeiçoar suas habilidades de escuta e capacidade de abordar essa temática.

Para isso, alguns aspectos relevantes para a formação de professores, como agentes de prevenção ao abuso sexual infantil, precisam ser considerados: os educadores devem conhecer os aspectos fundamentais do desenvolvimento infantil, aprender estratégias e ferramentas para abordar o tema de forma simples e lúdica, ensinar caminhos de autoproteção às crianças, conhecer os direitos das crianças, estar atentos para sinais que demonstrem a violência sexual contra seus alunos, ajudando-os a equilibrar emoções na construção de sua personalidade e, assim, o desenvolvimento e aprendizagem.

É muito importante também que o professor tenha interesse e sensibilidade para conhecer quem é seu aluno, pois somente assim poderá perceber alterações em seu comportamento e intervir de forma assertiva. Nesse sentido, Imbernón (2019, p. 74) nos adverte que:

Entre as características necessárias para promover esse conhecimento profissional ativo, a formação permanente não deve oferecer apenas novos conhecimentos científicos, mas principalmente processos relativos a metodologias de participação, projetos, observação e diagnóstico dos processos, estratégias contextualizadas, comunicação, tomada de decisões, análise da interação humana.

Entre os recursos possíveis para este trabalho nas salas de aulas brasileiras, os livros com contação de histórias fictícias são ferramentas privilegiadas de comunicação com a criança, por meio da sua configuração textual, ilustrações e formatos, transformando-se em um instrumento rico de possibilidades. A Literatura Infantil deve ser abundantemente explorada pelos professores, pois é um recurso fundamental e democrático na construção do conhecimento. Trata-se de um instrumento de mediação e problematização das temáticas sobre sexualidade e prevenção da violência sexual, uma vez que permite que crianças e adultos dialoguem a partir de todos os elementos de uma obra, estabelecendo relações entre os personagens e suas histórias com situações reais do cotidiano, levantando reflexões sobre ideias e valores, além de fazer uma ponte com as emoções dos sujeitos envolvidos

Atualmente, a formação de professores para a prevenção do abuso sexual é incerta e inconsistente, uma vez que há poucas iniciativas e trabalhos que fomentam esse tema. No currículo atual dos cursos de licenciatura, não existem disciplinas específicas em relação

à violência sexual, por isso os professores carecem de experiência pedagógica para lidar com a problemática. Diante dessa conjuntura, Sanderson (2008, p. 262) explica que:

Para manter as crianças seguras e protegê-las, é importante que pais e professores invistam em conhecimento e lhes proporcionem um relacionamento caloroso, aberto e de confiança, a fim de que possam se comunicar de maneira eficiente.

Através de regulares e objetivos programas de formação de professores, desde a graduação, como agentes de prevenção ao abuso sexual infantil, estes poderão ensinar de várias maneiras às crianças sobre os aspectos fundamentais da sexualidade humana e principais sinais de alerta acerca deste crime e do aliciamento por parte dos abusadores, sem descrever detalhes sexuais. Embora essas orientações não garantam que as crianças nunca correrão riscos, elas asseguram que tenham acesso ao conhecimento e às informações que podem minimizar os riscos.

7. Conclusões

Levando em consideração o cenário mencionado, estados, municípios e a sociedade civil não podem fechar os olhos para um problema social evidente e adotar um papel de cúmplices das injustiças e violências sofridas por crianças, especialmente dentro de seus próprios lares.

A prevenção do abuso sexual em crianças não é apenas responsabilidade de pais, professores, agentes de órgãos governamentais de proteção infantil e da polícia. É uma responsabilidade que todos da comunidade precisam compartilhar. Contudo, não é objetivo deste trabalho sobrecarregar os professores ou questionar sua formação, pois sabemos que nela existem muitas lacunas para lidar com vários desafios do cotidiano escolar, uma delas seriam as ações preventivas e para o enfrentamento do abuso sexual. O que propomos é uma reflexão mais aprofundada para a formação de professores como agentes de prevenção à violência sexual contra a criança, visto que, por estarem em idade escolar, o contato diário e o estabelecimento de vínculo e da confiança têm potencial gigante para ensinar e proteger esses pequenos cidadãos.

Esse diálogo público depende de conhecimento adquirido, o qual, por sua vez, precisa ser apoiado por uma mudança de atitude do governo, do sistema de justiça criminal e da mídia, bem como das comunidades locais. A iniciativa não pode ser apenas de alguns poucos profissionais que se sensibilizam com o tema, mas uma política pública nacional.

Para isso, é necessário que os educadores sejam capacitados desde a formação acadêmica inicial, com disciplina específica na graduação, tal como “O desenvolvimento da Sexualidade na Infância e Prevenção ao Abuso Sexual Infantil”, assim também em cursos de pós-graduação e de formação continuada.

Para prevenir o abuso sexual infantil, atitudes ultrapassadas e ideias erradas precisam ser contestadas e substituídas por conhecimentos mais atualizados. Somente essas mudanças permitirão à sociedade sair do modelo de apenas reagir e passar a agir. O primeiro passo nesse processo é trazer o tema para a luz e não permitir que ele permaneça como um crime fantasma, sempre varrido para baixo do tapete.

Referências

ABDO, C. H. N., OLIVEIRA JR, W. M., MOREIRA JUNIOR, E. D., & FITTIPALDI, J. A. S. **Perfil sexual da população brasileira: resultados do Estudo do Comportamento Sexual (ECOS) do Brasileiro**. 2002.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90. São Paulo, Atlas, 1991.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Caderno de Orientação Sexual e Pluralidade Cultural. Brasília. DF: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Lei Menino Bernardo. Lei nº 13.010, 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13010.htm. Acesso em: 11 set. 2022.

BRASIL. Lei Lei nº 13.935, 11 de dez. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13935.htm. Acesso em: 15 fev.2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 11 set. 2022.

BRASIL. Marco Legal da Primeira Infância. Lei nº 13.257, 8 mar. 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm. Acesso em: 11 set. 2022.

BRASIL. **Lei Henry Borel. Lei nº 14.344, 24 mai. 2022. Disponível em:** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/L14344.htm. Acesso em: 11 set. 2022.

BRASIL. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**, 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf. Acesso em: 11 set. 2022.

IMBERNÓN, F. **Formação Docente: formar-se para a mudança e a incerteza**. São Paulo: Cortez, 2019.

IMBERNÓN, F. **Qualidade do Ensino e Formação do Professorado: uma mudança necessária**. Cortez: São Paulo, 2016.

NELSEN, J.; LOTT, L.; GLENN, H. S. **Disciplina Positiva em Sala de Aula**. Manole: São Paulo, 2017.

OMS. INSPIRE: Sete Estratégias para Pôr Fim à Violência Contra Crianças. FAPESP, 2016. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/207717/9789241565356-por.pdf?ua=1>. Acesso em: 11 set. 2022.

ONU-BRASIL **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável: 16 Paz, Justiça e Instituições Eficazes**. 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/16>. Acesso em: 11 set. 2022.

RIBEIRO, M. **Educação em Sexualidade: conteúdos, metodologias, entraves**. Wak Editora: Rio de Janeiro, 2021.

RIBEIRO, M. **A conversa sobre sexualidade na escola: da educação infantil ao Ensino Médio**. Wak Editora: Rio de Janeiro, 2020.

SANDERSON, C. **Abuso Sexual em Crianças: fortalecendo pais e professores para proteger crianças contra abusos sexuais e pedofilia**. São Paulo: M.Books, 2008.

SILVA, R. D. da. A exclusão da temática sexualidade nos anos iniciais do ensino fundamental na BNCC e seus reflexos para o ensino de ciências. Horizontes – **Revista de Educação**, Dourados, v. 8, n. 15, p. 98-112, jul.2020. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/horizontes/article/view/12282>. Acesso em: 14 fev. 2023.

TARDIF, M. **Saberes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2019.

VAGLIATI, A. C; GAGLIOTTO, G. M. Formação de professores e educação sexual: o conhecimento psicanalítico na prevenção e identificação da violência e abuso sexual contra crianças e adolescentes na escola. **Tecnia**, v.15, n.37, p. 168-177, 2014. Disponível em: <https://www.e-ublicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/viewFile/24428/17406>. Acesso em: 10 set. 2022.

Sobre as autoras

Shayane França Lopes

Doutora em Estudos de Linguagem.

Especialista em Gestão de Pessoas pela Universidade Federal Fluminense e em Educação Inclusiva pela Universidade Cândido Mendes.

E-mail: shayanelopes@id.uff.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1478-2480>

Nathalie Paes Lima

Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe. Especialista em Gestão de Pessoas e Psicologia Organizacional pela Faculdade Amadeus. Integrante do Grupo de Pesquisa em Educação Superior.

E-mail: prof.nathalie.lima@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5694-9133>

Danielle Lima Silva

Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal de Sergipe (UFS). São Cristóvão, Brasil. Professora pela Rede Estadual de Sergipe.

E-mail: dls1984daniellelima@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2054-1472>

Recebido em: 04/01/2023

Aceito para publicação em: 03/02/2023